

A POLÍTICA DO LIVRO ÚNICO NA REFORMA LICEAL DE 1947: O CASO DA DISCIPLINA DE CIÊNCIAS FÍSICO-QUÍMICAS *

*The "single book" policy in the 1947 secondary education reform: the case of
the discipline of physics and chemistry*

Carlos Alberto da Silva Beato[†]

RESUMO

O presente texto versa sobre a chamada política do “livro único” contida na última reforma do ensino liceal do Estado Novo, apresentando a respectiva legislação e o modo como foi aplicada. Assim, referem-se os artigos principais sobre os concursos de apuramento do “livro único” e procura-se apresentar o funcionamento real do processo que levava à escolha dos manuais. Mostram-se alguns dos resultados e consequências da metodologia adoptada, com o exemplo da disciplina de Ciências Físico-Químicas, os quais realçam dificuldades e contradições no procedimento.

Palavras-chave: manual escolar; “livro único”; cultura escolar

ABSTRACT

The present text discusses the so-called “single book” policy in the last secondary education reform of the New State, approaching the respective legislation and the way as it was put into practice. The main aspects of the law about the contests of the “single book” are mentioned and it attempts to show the real process of the manuals' choice. Some results and practical consequences are presented, with the example of the discipline of Physics and Chemistry, highlighting difficulties and contradictions in the process.

Key words: school manual; “single book”; school culture

* Adaptação da comunicação apresentada no V Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, Évora, 2004.

[†] Mestre em Educação pela Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa. Professor do Grupo de Física e Química na Escola Secundária de José Afonso, Loures. Contatos: carlosbeato@netc.pt

O livro escolar é na sociedade actual algo de muito familiar. Talvez por isso não aparente ser um objecto de grande complexidade. Considera-se, em geral, que livro escolar é feito para fornecer, na forma julgada adequada pelos seus autores, a informação relativa aos materiais e conteúdos previstos nos programas oficiais. Esta perspectiva posiciona o livro como “uma das principais fontes de informação dos alunos na sala de aula, definindo o que tem valor e legitimando a cultura da sala de aula” (Lourenço, 1997, p. 3).

No entanto, o livro escolar não é o programa explícito, é uma interpretação desse programa, apresentando conseqüentemente diversas facetas que se relacionam com múltiplos aspectos da sociedade.

O livro escolar veicula as prescrições do programa quanto aos conhecimentos e às técnicas que a sociedade considera necessário serem adquiridas para que se complete o ritual de passagem da juventude para a vida adulta entrada na “vida activa” e o jovem possa integrar o lugar que lhe está “destinado”.

O livro escolar é “um *instrumento pedagógico* com uma longa tradição e é inseparável, tanto na sua elaboração como no uso que dele se faz, das estruturas, dos métodos e das condições de ensino do seu tempo” (Choppin, 1980, p. 1). Pode-se dizer que o “manual escolar não é nada sem o uso que dele realmente foi feito, tanto pelo aluno como pelo professor” (Julia, 1995, p. 375). Nesse sentido, o poder que o livro exerce na sala de aula não deve, também, ser ignorado, como o comprovam os sucessivos lamentos dos professores liceais acerca das dificuldades que têm que enfrentar quando, por alguma razão, não há um manual oficialmente aprovado.

E se o manual escolar é, ainda, apesar da diversidade de meios disponíveis para a transmissão dos conteúdos curriculares e não curriculares, um elemento essencial no processo educativo (Gérard, & Roegiers, 1998), noutros tempos o livro escolar foi quase o único mecanismo existente como veículo portador dos conteúdos educativos formando com o professor o conjunto, praticamente completo, dos recursos disponíveis para a aprendizagem.

Pode-se dizer que o manual escolar está associado à evolução da pedagogia posicionando-se centralmente na discussão sobre a educação, o que releva a sua importância enquanto suporte privilegiado dos conteúdos educativos, como instrumento pedagógico e na veiculação de sistemas de valores ideológicos e culturais (Choppin, 1980). Maior é essa importância quando as circunstâncias históricas permitem a determinados poderes estabelecer regras estritas sobre o que deve ou pode ser impresso, e sobre a amplitude que a sua divulgação deve ter. É, de certo modo, o que se passou com o regime do Estado Novo, que pretendeu transformar os manuais escolares em mais um instrumento para a concretização da sua política “nacionalista”, através da imposição com normas muito rígidas, do “livro único”.

Os manuais sob a legislação do livro único

O Estatuto do Ensino Lical de 1947, enorme com quarenta páginas no formato habitual do Diário do Governo e cerca de 500 palavras por página, procura ser o padrão regulamentador e regulador de todos os aspectos da vida escolar nos liceus na obstrução a tudo o que pudesse permitir algum alívio ao sufoco instalado pelo regime vigente.

De acordo com o Estatuto “só podem ser adoptados no ensino, tanto oficial como particular os livros aprovados pelo Ministério da Educação Nacional”¹, e “enquanto não houver livros aprovados em harmonia com os novos programas, os conselhos escolares adoptarão . . . os que ofereçam melhores condições de adaptação a esses programas”². “A aprovação dos livros é feita mediante concurso público e terá validade por períodos de cinco anos”³, e não é “lícito aos professores, quando haja livros aprovados para uma disciplina, orientar o ensino por outros livros ou por apontamentos”⁴.

¹ Art.º 388.º, DL (Decreto Lei) 36508 de 17/9/47 DG (Diário do Governo) 216, I série.

² Art.º 389.º, DL 36508 de 17/9/47, DG 216, I série.

³ Art.º 391.º, DL 36508 de 17/9/47, DG 216, I série.

⁴ Art.º 414.º, DL 36508 de 17/9/47, DG 216, I série.

O decreto que aprovou os programas saiu no final do mês de Outubro de 1948⁵ e entrou imediatamente em vigor, o que terá causado alguma perturbação, pois o ano lectivo já decorria. Pelos artigos deste decreto fica-se conhecedor de que o primeiro período de cinco anos para a validade dos manuais se iniciaria em 1 de Outubro de 1950⁶, e de quais os procedimentos a adoptar “enquanto não houver compêndios aprovados de harmonia com os novos programas”⁷. O manual de Química para o 3º ciclo dos liceus foi aprovado ao iniciar-se aquele período⁸, tendo ainda sido utilizado nas escolas na parte final do ano lectivo de 1950/51. Os de Física só tiveram luz verde três anos depois⁹ e o de Química para o 2.º ciclo apenas foi aprovado depois do primeiro quinquénio¹⁰, quando os programas já tinham sido alterados em 1954¹¹.

Na prática, durante meia dezena de anos não houve livro único no ensino da Física, sendo os manuais utilizados de “livre escolha”, e na Química do 2º ciclo esse tempo prolongou-se por mais dois anos.

Inicialmente houve, portanto, alguma dificuldade em escolher um primeiro livro, situação mais flagrante no caso acabado de referir. Aconteceu também alguma polémica devido à aparente heterogeneidade dos critérios de avaliação utilizados para promover a escolha. Por outro lado, quando os manuais mereceram o aval oficial tudo se passou como se o tivessem obtido de uma vez por todas, visto que nos concursos subsequentes foram sucessivamente aprovados. A única excepção ocorreu com o livro de Química para o 3º ciclo que, depois de ter sido a escolha mais rápida logo no primeiro concurso¹², foi preterido em favor de um outro manual de autores diferentes¹³, um dos quais fizera parte do grupo de avaliadores dos manuais no primeiro concurso realizado. Uma excepção em quatro que parece querer dizer que, do ponto de vista oficial, poderá ter havido alguma precipitação nesse primeiro concurso.

Foram publicados vários livros antes da primeira aprovação oficial, o que deve ser entendido no quadro de uma concorrência “livre” e da procura de uma futura aprovação. Era o tempo inicial em que era permitido às escolas escolherem o manual que entendessem melhor servir os objectivos do ensino. Foi um acontecimento compreensível, dado que esse período se prolongou por alguns anos e, para lá da maior ou menor divergência que pudesse haver entre as concepções dos diversos autores, havia um monopólio a conquistar. Note-se que no primeiro concurso, sob a vigência da legislação de 1947, houve seis manuais concorrentes para Química e três para Física do 2º ciclo¹⁴. O mesmo aconteceu no segundo concurso¹⁵, e no terceiro, onde foram aprovados os manuais de Física¹⁶, ainda apareceram os mesmos três concorrentes nesta especialidade, embora se tenha reduzido o número de concorrentes na Química para quatro¹⁷.

Torna-se difícil concorrer contra o livro que se transforma em padrão aceite pelas autoridades. No entanto, apesar do “livro único”, circularam manuais sem o respectivo carimbo oficial, quando na véspera de novas aprovações. Não sendo permitido utilizar outros livros que não os aprovados, nem sequer ditar apontamentos¹⁸, poderia parecer que se tratava de uma jogada de alto risco editorial, só possível por haver uma perspectiva de benefícios suficientemente grandes.

Constata-se, entretanto, que no intervalo entre o fim do período de vigência de um dado manual e o início de um outro, resultante basicamente de um processo enleado em burocracia, voltava a haver alguma possibilidade de escolha. Sucessivas circulares com instruções oficiais assim o atestam:

⁵ DL 37112 de 22/10/48, DG 247, I série.

⁶ Art.º 2.º, DL 37112 de 22/10/48, DG 247, I série.

⁷ Art.º 3.º, DL 37112 de 22/10/48, DG 247, I série.

⁸ 24/6/50, DG 145, II série.

⁹ 9/10/53, DG 236, II série.

¹⁰ 18/5/55, DG 118, II série.

¹¹ DL 39807 de 7/9/54, DG 198, I série.

¹² Carvalho, R. D. (1950). *Compêndio de Química para o 3º ciclo*. Lisboa: Livraria Studium Editora.

¹³ DG 126 de 29/5/57, II série. Magalhães, & Tomás, s.d.a. *Compêndio de Química para o 6º ano dos liceus*. s.d.b.

Compêndio de Química para o 7º ano dos liceus. Lisboa: Livraria Franco

¹⁴ Lista dos manuais concorrentes e respectivos relatores. (Manuais escolares, Fundo DGEL (Direcção Geral do Ensino Lical), AHME (Arquivo Histórico do Ministério da Educação), caixa nº 15/1835).

¹⁵ 22/2/1951, DG 43, III série, p. 294.

¹⁶ 9/10/1953, DG 236, II série.

¹⁷ 19/8/1952, DG 195, III série, p. 1727.

¹⁸ Art.º 414º, DL 36508 de 17/9/47, DG 216, I série.

Por terem terminado o seu período de validade deixam de ter aprovação oficial como livro único os seguintes. . . . Para as respectivas Disciplinas bem como para aquelas que nunca tiveram Livro Único é facultativa a utilização de outros compêndios já usados em anos anteriores. Evidentemente que os próprios Livros Únicos que caducaram poderão continuar em uso; tudo dependendo do critério do Conselho Escolar.¹⁹

Por isso, os livros que são publicados nos períodos entre aprovações oficiais tinham toda a legitimidade, e não é de estranhar que tenham aparecido mesmo não tendo posteriormente conseguido a aprovação oficial. Assim se justifica também o aparecimento de manuais que se podem considerar como “cópias” dos aprovados, dos mesmos autores e das mesmas editoras, mas que não apresentam o respectivo carimbo de aprovação oficial, nem trazem, como acontece nos “originais”, a data da aprovação impressa na capa.

Por fim, na década de 1970, quando se perspectivavam algumas reformas mais substanciais, os livros também não estão assinalados como únicos. Poder-se-ia avançar que, tendo sido feitas pequenas alterações nos programas a partir de 1970/71, e com a perspectiva de uma reforma mais profunda, os manuais existentes, que haveriam de se sujeitar a novos concursos ao fim dos seus cinco anos de vigência, viram os seus prazos prorrogados. Entretanto, os autores e editoras teriam recebido instruções dos organismos oficiais para produzirem novas edições modificadas conforme às mudanças nos programas.

A hipótese anterior fica desfavorecida conhecendo a resposta que foi dada a uma exposição dos autores do livro único de Química do 3º ciclo que pediam autorização para fazer actualizações de conteúdos nas edições futuras do manual:

Algumas das alterações propostas suscitam problemas de ordem jurídica, como seria a legitimidade de alterar o conteúdo de um livro aprovado oficialmente no decurso da vigência do despacho que o aprovou como livro único. . . . Embora reconhecendo que as alterações propostas são desejáveis do ponto de vista científico, emitem parecer de que o livro deve ser reeditado nos precisos termos em que foi aprovado pela Junta Nacional de Educação.²⁰

No entanto, as circulares a que fizemos referência anteriormente deixam campo a uma simples continuidade da situação verificada anteriormente entre duas aprovações. De qualquer modo, não encontramos ainda os documentos, ofícios ou circulares para os anos de 1971 e 1972, onde se poderia encontrar a explicação para a última situação.

Quando o legislador escreveu que “os compêndios escolares deverão circunscrever-se rigorosamente às matérias dos programas”²¹ tê-lo-á feito com o pensamento na necessidade de controlo do sistema. Pensando nas diferentes práticas que, inevitavelmente, os professores têm, até como reflexo de uma maior profissionalização do corpo docente e do desejo de uma participação mais activa nas decisões pedagógicas e institucionais, que por esta época começava a despontar entre os professores (Nóvoa, 1992; Pintassilgo, 2002); pensando também no grau de relativa autonomia possuída na escolha dos manuais, bem se poderá dizer que as expectativas de controlo não foram de concretização automática nos primeiros anos da reforma de 1947.

Acontece que os livros entretanto postos a concurso foram, em geral, classificados pelos seus avaliadores como maus, não se aproximando, segundo eles, daquilo que era exigido pelos programas e respectivas observações. Um determinado manual de Física para o 2º ciclo era, na opinião do professor encarregue de o avaliar, pouco apelativo. A sua opinião era expressa pelas seguintes palavras: “de um modo geral, o livro encerra-se secamente, no seu âmbito de compêndio, à moda antiga, e não se arranca dele ideia que transcenda o limitado âmbito informativo”²².

Um segundo relator não contemporizava nas palavras para mostrar o seu desagrado com um outro manual concorrente, afirmando e sublinhando:

¹⁹ Lista de livros únicos de 28/9/1956. (Consultas, circulares, normas e regulamentos, Fundo DGEL, AHME, caixa nº 6/2665). Sucessivos documentos com teor semelhante reforçam a ideia avançada. Por exemplo, as circulares da SP (Secção Pedagógica) da DGEL nº 2135 de 20/9/1957, nº 2185 de 16/7/1958 (caixa nº 6/2665) e nº 26 de 17/8/1961 (caixa nº 6/2666).

²⁰ Processo 42/271 de 1972: Parecer da 4ª Secção da JNE (Junta Nacional da Educação). (Processos, Fundo JNE, AHME, caixa nº 11/177).

²¹ Art.º 9º DL.36507 de 17/9/47, DG 216, I série.

²² Parecer de Túlio Lopes Tomás sobre Seixas, R. L., & Soeiro, A. C. G. (1949). *Compêndio de Física para o 2º ciclo*: texto a concurso. (Manuais escolares, Fundo DGEL, AHME, caixa nº 15/2011).

“Não encontramos no livro, como aconselham as observações que acompanham o programa, aquela leveza de estilo que, mesmo nas obras científicas mais sérias, diminui a aridez, sempre repulsiva para quem se inicia em matéria nova; linguagem clara e precisa, sem prolixidade, também não encontramos.”²³

Na prática, poderiam ser alguns dos livros recusados pelos relatores dos pareceres de avaliação, apesar da enormidade assinalada dos seus defeitos, os adotados como guias nas escolas. Tudo em estrito acordo com a lei.

Um reflexo de toda a situação gerada com a não aprovação de livros é um certo desconforto, como transparece nos relatórios que os professores auxiliares e agregados tinham a obrigação de elaborar ao final de cada ano lectivo. Por um lado, os livros não eram bons, por outro, sem livros nenhuns tudo se complicava mesmo não sendo essa a opinião de alguns relatores que afirmavam ser “preferível esperar mais um ano do que submeter, durante cinco, professores e alunos à dura prova de terem de se orientar por obras sem valor pedagógico, que os primeiros tenham de acatar com repugnância”²⁴.

Qualquer um dos pólos da opção não era, de facto, agradável. O que aconteceu, já é sabido, é que alguns dos manuais só vieram a ser aprovados muitos anos depois do que seria normal, o que, de algum modo, também atesta a continuada resistência à introdução e consolidação dos novos programas de 1948.

Os concursos do livro único

O concurso em que foram aprovados os primeiros manuais de física a ser utilizados como livros únicos na vigência da reforma de 1948 foi aberto em 10 de Janeiro de 1952²⁵ e o prazo, indicado no aviso de abertura do concurso, para apresentação dos textos findou em 30 de Junho do mesmo ano, ou seja, menos de seis meses depois, coincidindo aproximadamente com o final do ano lectivo e toda a sobrecarga de tarefas a que os professores são sujeitos por essa altura. A publicitação dos manuais que se apresentaram a concurso ocorreu em 19 de Agosto²⁶ e, entretanto, as apreciações dos relatores nomeados tiveram um prazo de três meses²⁷ para serem feitas. Eram vários os livros a analisar, como no concurso de 1949, onde cada relator teve quatro manuais para apreciar sem qualquer dispensa de outro serviço²⁸. Finalmente, em absoluto contraste com estes curtíssimos prazos, a decisão final veio a ser publicada, apenas, em 9 de Outubro do ano seguinte²⁹. Nos outros concursos os prazos, embora variando, mantiveram a mesma estrutura global.

Nalguns casos, os manuais são acompanhados por notas explicativas, onde os autores, professores no activo liceal ou aposentados, apresentam o texto a concurso como lhes parece mais adequado e sem qualquer regra, pelo que cada qual é diferente de todos os outros na forma e no conteúdo. São, também por isso, documentos curiosos, embora não constituam uma amostra representativa do pensamento dos professores, dado que, além de tudo o mais, era necessário um certo desafogo de tempo e económico, como se queixam alguns deles, para se poder respeitar as condições do concurso. Nem mesmo em relação aos autores há representatividade, já que nem todos acharam conveniente, ou necessário, redigir essas notas introdutórias. No entanto, esses documentos permitem-nos ficar com uma noção sobre a interpretação que alguns dos professores mais “activistas” pretendiam que se fizesse dos programas e até que ponto entravam em rota de colisão com as orientações oficiais.

²² Parecer de Túlio Lopes Tomás sobre Seixas, R. L., & Soeiro, A. C. G. (1949). *Compêndio de Física para o 2º ciclo*: texto a concurso. (Manuais escolares, Fundo DGEL, AHME, caixa nº 15/2011).

²³ Parecer de Carlos Cerdeira Guerra sobre Brito, J. M. G. X. d. (1948). *Lições de física experimental para o 2º ciclo dos liceus*: texto a concurso. (Manuais escolares, Fundo DGEL, AHME, caixa nº 15/2011).

²⁴ Parecer de Túlio Lopes Tomás sobre Seixas, R. L., & Soeiro, A. C. G. (1949). *Compêndio de Física para o 2º ciclo*: texto a concurso. (Manuais escolares, Fundo DGEL, AHME, caixa nº 15/2011).

²⁵ Aviso da DGEL de 10/1/52, DG 8, III série.

²⁶ DG 195 de 19/8/52, III série.

²⁷ Houve alturas em que os prazos de apreciação foram ainda mais curtos, como por exemplo em 1951 quando foi pedido a uma professora para analisar “3 volumes de mais de 400 páginas cada um e de 2 volumes com cerca de 150 páginas cada” em um mês, segundo o que se lê num requerimento dirigido por uma professora à DGEL, datado de 20/9/51, a pedir escusa da tarefa. (Manuais escolares, Fundo DGEL, AHME, caixa nº 15/1875).

²⁸ Parecer de Túlio Lopes Tomás sobre Seixas, R. L., & Soeiro, A. C. G. (1949). *Compêndio de Física para o 2º ciclo*: texto a concurso. (Manuais escolares, Fundo DGEL, AHME, caixa nº 15/2011).

²⁹ DG 236 de 9/10/53, III série.

Os relatores dos concursos tinham por tarefa emitir, para conhecimento do organismo responsável, pareceres sobre os textos concorrentes onde faziam uma apreciação em termos de mérito absoluto e relativo. Estes relatores eram professores efectivos da mesma área disciplinar dos concorrentes e, em princípio, da confiança do regime.

Já para se ser professor era necessário sujeitar-se a passar por um longo processo que incluía o chamado exame de estado em que as competências pedagógicas e profissionais eram secundárias relativamente aos aspectos de fidelidade política ao regime, o que era um factor extremamente limitativo da sua autonomia (Nóvoa, 1993). Para outros lugares em que se era nomeado isso passaria, obviamente, pelo conhecimento pessoal mais ou menos próximo e, portanto, o crivo continuava a estreitar-se, apesar de nenhuma máquina de repressão política e ideológica ser perfeita. Como dizia um antigo ministro do Estado Novo:

Nunca perguntámos ao Rómulo se ele tinha estas ou aquelas ideias. É mentira o que dizem. . . . Houve realmente pessoas que foram perseguidas pelas suas ideias, mas muitas outras que não, que faziam a sua vida normal. O Rómulo de Carvalho foi convidado para professor, era um homem competente, metodólogo de Química e Física. O Dias Agudo foi reitor. (Teodoro, 1999, II Vol., p. 38)

Isto leva-nos a considerar dignos de registo os depoimentos dos professores relatores enquanto documentos que elucidam quais as interpretações dos textos programáticos que eram aceitáveis para a situação. Não era, no entanto, destes professores relatores a última palavra, pois “a apreciação dos livros é da competência da 3.ª Secção da Junta Nacional de Educação, que para esse efeito poderá propor que lhe sejam agregados, como vogais extraordinários, professores do ensino liceal ou do ensino superior”³⁰. É neste órgão estritamente político, embora integrando professores, que se concretiza a aprovação ou não desses textos candidatos a livros únicos, cuja lista depois de homologada pelo ministro é enviada para publicação no Diário do Governo.

Os textos dos relatores incorporam uma análise, muito miúda nos pormenores, dos manuais apresentados a concurso, descendo por vezes ao pormenor de criticar gralhas e erros de pontuação. No entanto, é possível verificar que têm os seus próprios critérios para o trabalho que apresentam, o principal dos quais como se torna fácil de perceber, é medir a maior ou menor proximidade dos livros a concurso às exigências dos documentos oficiais, nomeadamente os programas e as respectivas observações, sendo que nestas também se incluem indicações específicas sobre os manuais.

Um dos relatores, encarando o trabalho de análise de três manuais como um todo coerente, indica, numa espécie de introdução quais os critérios que o motivaram³¹. Assim, ele coloca em primeiro lugar, “a conformidade rigorosa da obra com as rubricas do programa e respectivas observações” além do seu valor científico, em segundo, “o valor didáctico da obra” e, em terceiro, os aspectos gráficos adequados a criar o interesse dos alunos.

Os relatores denotam alguma coerência no aspecto essencial da “conformidade rigorosa”, como, por exemplo, quando criticam inclusive o nome de um livro (“os seus autores intitularam 'Compêndio de Física' em absoluta discordância com as observações anexas ao programa, que pedem, como livro para o ensino 'Lições de Física Experimental’”)³² ou quando, com esse pretexto, sem receio de excessos, acusam fortemente o próprio autor dos programas de Química de não entender o seu alcance, ao considerar que no manual de que este é co-autor “os autores não interpretaram bem o programa, nem as suas observações”³³.

Tomando como exemplo o programa de Física do 2º ciclo verifica-se que a forma como está elaborado deixa alguma margem para a gestão dos conteúdos, mas, nas observações, é dito que o manual “deve usar linguagem clara e precisa sem prolixidade, notas ou apêndices que alarguem o

³⁰ Art.º 395º DL 36508 de 17/9/47, DG 216, I série.

³¹ Parecer de Túlio Lopes Tomás sobre Seixas, R. L., & Soeiro, A. C. G. (1949). *Compêndio de Física para o 2º ciclo*. texto a concurso. (Manuais escolares, Fundo DGEL, AHME, caixa nº 15/2011).

³² Parecer de Carlos C. Guerra sobre Seixas, R. L., & Soeiro, A. C. G. (1949). *Compêndio de Física para o 2º ciclo*. texto a concurso. (Manuais escolares, Fundo DGEL, AHME, caixa nº 15/2011).

³³ Parecer de Carlos Cerdeira Guerra sobre Motta, A. A. R. d., & Carvalho, R. d. (1949). *Compêndio de Química para o 2º ciclo*. texto a concurso. (Manuais escolares, Fundo DGEL, AHME, caixa nº 15/2011).

âmbito das rubricas tratadas”³⁴, estando, implicitamente, a sugerir-se que os autores não têm que passar muito além das definições e conceitos científicos. Onde parece que não há limitação forte é quando se apela ao estabelecimento de pontes entre o conhecimento obtido do quotidiano e o da ciência que não é “coisa estranha à realidade”³⁵. Por outro lado pedem as observações que o manual seja “abundantemente ilustrado com esquemas acompanhados de legendas explicativas e desenhos ou fotografias de aparelhos ou experiências”, o que aparece como contraponto à aridez que se prevê apresentar a parte do texto propriamente dita. É ainda pedido que o manual traga “indicações que permitam aos alunos construir . . . alguns aparelhos simples”. O critério da conformidade permite, assim, que os avaliadores afirmem os manuais apresentados a concurso pelo modelo que, face às exigências do programa, terão elaborado mentalmente³⁶.

E como os avaliadores não perfilham todos, naturalmente, um idêntico modelo de manual, mesmo no interior de um regime moldado para conseguir o “pensamento único”, conforme aos interesses das fracções de classe dominantes, aparecem as esperadas diferenças de avaliação, por vezes grandes, como se queixa um dos concorrentes:

*É muito difícil a situação de autor de um trabalho como este, sujeito a críticas e apreciações por entidades que têm formação, poder de interpretação e critérios tão diferentes. Já cinco professores relataram as duas obras que apresentamos aos concursos anteriores. Pois não é difícil observar contradições entre eles, manifestadas através dos seus relatórios e até nas suas conclusões quanto ao mérito relativo das obras!*³⁷

Do que resta nas observações, realce para a referência histórica, a incluir no manual, e que tem que ser mais que “o dado biográfico seco”, o qual “é para rejeitar”, ou o desequilíbrio nas citações feitas, através da sobrevalorização de cientistas ou factos que, em si, não conseguem “encerrar lição proveitosa”³⁸. Do mesmo modo se pede que o manual se integre no combate que impeça que se “formem no espírito falsas ideias acerca da importância a dar a certos nomes ou a certos inventos, mais populares, mas de menor interesse no curso histórico da ciência”³⁹.

E é isto que os avaliadores se dedicam a verificar se está de acordo com a ideia de que o manual deve ser suficientemente bom para dispensar muito do trabalho do professor.

Um certo manual de física⁴⁰ tem, segundo os relatores, problemas graves: incorrecções científicas ou aplicações deficientes do método científico, erros de ordem didáctica e impossibilidade de realização de algumas das experiências descritas; desacordo com o desenvolvimento imposto pelo programa; orientação geral antiquada; não apresentação de sugestões para a construção de aparelhos simples pelos próprios alunos; ausência de referências históricas adequadas; plágio comprovado de textos e figuras de manuais antigos; excessivo uso de fórmulas matemáticas; uso incorrecto da simbologia referente às unidades das grandezas físicas; e repetida manipulação de conceitos desconhecidos para os alunos, os “supostos conhecidos” (Combettes, & Tomassone, 1991), origem de dificuldades acrescidas na compreensão do texto.

Os autores deste manual devem ter tomado em consideração os reparos feitos, pois, no concurso seguinte, apresentam “uma série de propostas de alterações muitas das quais vão no sentido de eliminar as fórmulas, outras para precisar melhor o sentido de certas afirmações” e fazem “a introdução de algumas novas figuras e a substituição de outras”⁴¹. Continuando a concorrer, viram a sua proposta aprovada pela primeira vez em 1953⁴² e, a partir daí, foi sempre seu o manual de física para o 2º ciclo até ao final da vigência do regime de livro único.

³⁴ Observações ao programa de Física do 2º ciclo, DL 37112 de 22/10/48, DG 247, I série, p. 1156.

³⁵ Observações ao programa de Física do 2º ciclo, DL 37112 de 22/10/48, DG 247, I série, p. 1155.

³⁶ Um dos avaliadores, mais tarde, foi co-autor de um livro único (Magalhães, & Tomás, s.d.a, s.d.b). DG 126 de 29/5/57, II série.

³⁷ Texto denominado “Algumas palavras sobre Lições de Física experimental para o 2º ciclo dos liceus” apresentado em anexo de Brito, J. M. G. X. d. (1952). *Lições de física experimental para o 2º ciclo dos liceus*: texto a concurso, pelo autor. (Manuais escolares, Fundo DGEL, AHME, caixa nº 15/2106).

³⁸ Observações ao programa de Física do 2º ciclo, DL 37112 de 22/10/48, DG 247, I série, p. 1156.

³⁹ Idem.

⁴⁰ Seixas, R. L. e Soeiro, A. C. G. (1949). *Compêndio de Física para o 2º ciclo*: texto a concurso.

⁴¹ Seixas, R. L. e Soeiro, A. C. G. (1950). *Lições de Física Experimental para o 2º ciclo*: texto a concurso. (Manuais escolares, Fundo DGEL, AHME, caixa nº 15/2031).

⁴² 9/10/53, DG 236, II série.

Sobre um manual de química⁴³, refere-se uma certa falta de rigor científico e algumas incorrecções; critica-se duramente o uso e abuso das fórmulas e equações químicas. O que mais sobressai na apreciação feita pelos avaliadores é o desagrado que lhes causa o tipo de exposição que se considera demasiado amena para o que deve ser um livro didáctico, fazendo uso de linguagem a que chamam imprópria e condenável, com termos desagradáveis e neologismos absurdos e com imprecisões em excesso, não convidando à leitura, o que é considerado decisivo, em termos da capacidade de interessar o aluno e motivá-lo para o estudo da disciplina.

Repare-se que os autores dos programas eram professores liceais, os concorrentes ao livro único eram professores liceais, os responsáveis pela avaliação dos manuais eram professores liceais, os comentários críticos que aparecem na imprensa pedagógica são, basicamente, de professores liceais e que tudo isto parece funcionar em circuito fechado. Indiciam estes factos alguma autonomia relativa da escola, criando condições para a formação de uma cultura específica, apesar da malha apertadíssima do Estado que tenta não deixar espaço, sequer para respirar, e cuja eficácia é salvaguardada por um corpo de inspectores. Estes são, ainda, professores embora “universitários e efectivos dos liceus com, pelo menos, uma diuturnidade”⁴⁴.

Considerando que a maioria destes professores se movimentaria dentro da área ideológica ou política do regime, isso não impedia a vivacidade da sua intervenção e a promoção de um certo grau de autonomia, não esquecendo que “os serviços de Inspecção” eram “dirigidos e orientados pelo inspector superior” que despacha “directamente com o Ministro”⁴⁵, e que o próprio regime dispunha de outros meios para fazer impor a sua vontade. Esta autonomia, limitada por todo o contexto da difícil situação política e social vivida então, é propiciadora, por um lado, de um certo “à-vontade” que os professores revelam nos seus documentos escritos, mas também vai no sentido de valorizar o argumento que vê a escola enquanto construtora de uma cultura própria, que acaba por “penetrar, modelar, e modificar a cultura da sociedade global” (Chervel, 1988, p. 71).

Se “os prefácios dos manuais poderiam ser analisados para discernir os projectos conscientes ou confessos, logo confessáveis dos autores, e medir o afastamento entre os princípios avançados e a aplicação que deles é feita” (Choppin, 1980, p. 12), melhor se aceita que os documentos de apresentação dos manuais concorrentes, que funcionam como prefácios dirigidos aos avaliadores, tenham uma utilidade inerente, até porque alguns deles funcionam como segundos ou terceiros prefácios, dado incluírem respostas a críticas de anteriores apreciações.

Uma das propostas de manual para Química do 2º ciclo foi acompanhada de um pequeno texto em que o seu autor explica que o motivo que o levou a apresentar-se nesse concurso foi a “sensação recebida, durante anos, de falta de interesse dos alunos pela disciplina de Química e da ideia errada que ela é uma ciência desfrutada mais pela memória do que pelo raciocínio” o que lhe criou “o desejo de coordenar os assuntos do programa com todos esses fenómenos em ligação com a vida” e o levou a preocupar-se em “conduzir a curiosidade científica do aluno até ao reconhecimento da utilidade prática”⁴⁶. Para culminar a sua perspectiva sobre a proposta de manual afirma que “sempre que há oportunidade, alimenta-se, no aluno, a admiração pelo valor nacional e nunca, quando o assunto permite, se esquece o conselho moral ou social”. Sem dúvida que “no espírito da obra a preocupação de ensinar, educar, elevar a Nação e servir” estará presente, o que, sem favor, releva a importância que tinha para alguns professores a consolidação dos valores ideológicos do regime nas gerações jovens, o favorecimento de uma certa educação em detrimento da instrução.

Todos os autores se preocupam com o programa e tentam moldá-lo às suas perspectivas, até pela importância prática que o manual tem, por vezes, superior à do programa em si. Segundo um professor de Ciências Naturais (Oliveira, 1951), a propósito da avaliação, as “circunstâncias especiais do actual régimen de trabalho, em que o professor se vê entre dois caminhos oficiais ou officiosos (o programa e o livro único ou programa interpretativo), podem originar situações embaraçosas” (p. 37), o que é perfeitamente elucidativo da importância que o manual tem enquanto portador do programa.

⁴³ Motta, A. A. R. d., & Carvalho, R. d. (1949). *Compêndio de Química para o 2º ciclo*: texto a concurso.

⁴⁴ Art.º 187º, DL 36508 de 17/9/47, DG 216, I série.

⁴⁵ Art.º 175º, ponto 2, DL 36508 de 17/9/47, DG 216, I série.

⁴⁶ Escrito, sem título, de introdução a Galvão, A. J. M. (1952). *Noções de Química para o 2º ciclo dos liceus. 3º, 4º e 5º anos*: texto a concurso. (Manuais escolares, Fundo DGEL, AHME, caixa nº 15/1931).

Há aqui uma mentalidade interventora que se manifesta de forma mais ou menos consciente. Na resposta a uma solicitação da direcção da revista *Labor*, convidando os professores “a pronunciarem-se sobre os programas, a fim de que as suas sugestões possam ser ponderadas por quem de direito, no caso de haver uma revisão dos mesmos”, a autora do artigo confessa estar inteiramente de acordo com a sugestão, embora considerasse oportuno “que, antes de publicados os programas e postos em execução, eles fossem discutidos por comissões de professores de cada especialidade”, sem prejuízo de “alterações posteriores que a prática revelasse necessárias” (Magalhães, 1952, p. 425).

Isto indica claramente uma postura de defesa de determinados valores que, na procura dos desejáveis consensos, permitam uma melhor construção da cultura própria do sistema escolar, menos sujeita às pressões, com uma maior influência sobre o exterior. Posições como esta reforçam o sentimento de pertença a um colectivo diferente dos outros na influência que pode ter na sociedade e cioso da sua identidade como se pode apreciar quando, por exemplo, o mesmo professor referido acima, a propósito das dificuldades com a existência do regime de classe, “legislado mas nunca posto em prática”, não deixa de defender a profissão e por extensão, a instituição escolar ao exigir que “não venha depois afirmar-se de novo que o eventual fracasso do regime de classe se deve... 'à falta de espírito corporativo dos professores, à sua heterogénea habilitação ou ao seu diverso grau de diligência” (Oliveira, 1952, p. 354).

Nota final

Quando se apreciam, um a um, os manuais que desde 1948 a 1973 foram usados como “únicos” na disciplina de CFQ algo salta logo aos olhos. Havendo quatro manuais, dois de Física e dois de Química, só se encontram quatro equipas autorais em todo esse período. Um dos autores⁴⁷ repete e consegue a proeza de ver consagradas as suas obras em partes da disciplina diferentes e ciclos também diferentes.

Encarando de outro modo, verifica-se que, com uma excepção (Compêndio de Química para o 3º ciclo), foram sucessivamente aprovados os manuais propostos pelos mesmos autores dos anteriormente aprovados, manuais esses que, na sua essência, foram sendo sempre iguais, ou seja, os mesmos. Isto é algo que seria fácil de prever depois de constatar que até à primeira aprovação houve um lote considerável de autores concorrentes, mas diminuindo sempre após cada tentativa frustrada. Depois, pode-se dizer que ao concurso do livro único concorreram autores únicos.

O que se passou foi que, depois de uma fase inicial com grande discussão à volta dos programas e sua respectiva organização (1948-1952) e onde reinou a indecisão em termos de aprovação da generalidade dos manuais (1948-1953), houve uma estabilização com a aprovação dos programas de 1954, os quais só viriam a ser alterados, de novo, nos primeiros anos da década de 1970, sem, no entanto, sofrerem remodelação de fundo. No que diz respeito aos manuais, a estabilidade das respectivas autorias tornou-se total, como que mimando o aparente imobilismo de todo o regime, a partir da aprovação dos manuais de Química do 3º ciclo em 1957. Forçando um pouco, e vendo um aparente paralelismo com o próprio regime político, alguma evolução se foi dando e acabou em alguns casos por se tornar imparável. O caso mais notável é o dos manuais de Química do 2º ciclo, a partir dos ajustamentos programáticos de 1971, fazendo-se aí uma interpretação diferente, como que indiciando um contágio por tendências vindas do exterior, de um programa que apenas sofrera uma espécie de operação de “maquillage”. O facto de o autor “tradicional” ter passado a estar acompanhado⁴⁸ justificará, em parte, a novidade, até porque os tempos eram outros e as mudanças sempre acontecem, mesmo que de modo invisível.

Referências bibliográficas

CHERVEL, A. (1998). *La culture scolaire. Une approche historique*. Paris: Belin.

CHOPPIN, A. (1980). L'histoire des manuels scolaires: une approche globale. *Histoire de l'Éducation* (9), 1-25.

⁴⁷ José A. Teixeira autor do Compêndio de Química para o 2º ciclo e do Curso de Física para o 3º ciclo.

⁴⁸ Teixeira, & Nunes (1973).

COMBETTES, B., & Tomassone, R. (1991). *Le texte informatif. Aspects linguistiques* (2^e ed.). Bruxelles: De Boeck-Wesmael.

GÉRARD, F.-M., & Roegiers, X. (1998). *Conceber e avaliar manuais escolares* (Júlia Ferreira & Helena Peralta, Trans.). Porto: Porto Editora.

JULIA, D. (1995). La culture scolaire comme objet historique. In A. Nóvoa, M. Depaepe, & E. V. Johanningmeir (Eds.), *The colonial experience in education. Historical issues and perspectives*. (Vol. I, pp. 353-382). Gent: CSHP.

LOURENÇO, A. M. F. A. S. (1997). *O discurso pedagógico em manuais escolares: uma análise sociológica centrada nas ciências naturais do 7º ano de escolaridade*. Tese de Mestrado, Universidade de Lisboa, Lisboa.

MAGALHÃES, A. M. (1952). Trabalhos práticos de Química. *Labor*, XVI(119), 425-428.

NÓVOA, A. (1992). A "Educação Nacional". In F. Rosas (Ed.), *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*. Lisboa: Editorial Presença.

NÓVOA, A. (1993). The Portuguese state and teacher educational reform: a sociohistorical perspective to changing patterns of control. In T. S. Popkewitz (Ed.), *Changing patterns of power. Social regulation and teacher education reform* (pp. 53-86). Albany: State University of New York Press.

OLIVEIRA, O. d. (1951). Problemas do 6º grupo. *Labor*, XV(111).

OLIVEIRA, O. d. (1952). Hoje como ontem. *Labor*, XVI(118), 347-354.

PINTASSILGO, J. (2002). Ser professor de liceu no "Estado Novo" português. O discurso dos professores na imprensa pedagógica. *História da Educação*(12), 17-37.

TEODORO, A. N. D. (1999). *A construção social das políticas educativas. Estado, educação e mudança social no Portugal contemporâneo*. Tese de Doutoramento, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.

*Recebido em Outubro de 2004
Aprovado em Novembro de 2004*